

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



PPP NO ESGOTO

Estado terceiriza seu compromisso social com o saneamento



Um auditório vazio participou da “Audiência Pública” em que a Copasa apresentou sua proposta de Parceria Público Privada (PPP) para entregar o Sistema de Esgotamento Sanitário de Divinópolis” às mãos de empreiteira.

Em Divinópolis, a população protestou em nova audiência e mostrou sua insatisfação.

Página 3

A Globo confessa seus serviços à ditadura militar

Não há como lembrar da ditadura militar no Brasil sem falar do papel dedicado aos ditadores pela Rede Globo. A própria Globo confessa sua participação e agora diz que foi um erro. Página 3



Segurança na Copasa é ZERO

Trabalhadores não têm EPIs para se protegerem. Página 3

Departamento Jurídico do SINDÁGUA prepara nova ação!

JUSTIÇA AO FGTS

Correção das contas foram prejudicadas desde 1999

Página 4

BOM PARA TODOS!

Apoiar um PCCS legítimo e transparente

Mais uma decisão da Justiça reforçou o acerto da ação sindical contra as irregularidades do "Plano de Carreiras, Cargos e Salários" (PCCS) da Copasa. Ao julgar recurso de embargo declaratório da empresa, a justiça manteve a sentença anterior sobre a ilegalidade do PCCS e a necessidade de refazer um documento que contemple, por exemplo, promoções por antiguidade e merecimento, além de garantir sua transparência e princípios de isonomia de direitos para todos os trabalhadores.

Os sindicatos (SINDAGUA, Saemg e Senge) aguardam disposição patronal para que possamos discutirmos um PCCS como o próprio presidente da Copasa, Ricardo Simões, prometera em seu discurso de posse no cargo máximo da empresa, quando assumiu compromisso de reparar problemas há muito reclamados por toda a hierarquia de trabalhadores.

Ação judicial para que tivéssemos um PCCS legítimo e transparente vinha sendo cobrada há alguns anos pelos

trabalhadores. A empresa fazia correções a conta-gotas nos momentos de acordos coletivos, mas os problemas crônicos da administração de cargos e salários continuavam. Milhares de trabalhadores estão sendo esquecidos pelas oportunidades de crescimento profissional e reconhecimento que fosse convertido em melhores salários e posições na estrutura de cargos e carreiras. Eram crônicas as reclamações contra resultados injustos de concursos internos, que sempre geraram desconfiança de protecionismos e privilégios entre os companheiros.

Lutar por um PCCS justo, legítimo e transparente não significa se posicionar contra a Copasa. Ao contrário, significa participarmos de um esforço coletivo pelo crescimento da empresa e pela excelência profissional para a qualidade dos serviços prestados, como sempre fizemos e que redundaram no reconhecimento da Copasa como empresa modelo de saneamento, título outorgado há alguns anos pela Unesco.



Os trabalhadores discutem abertamente esta luta justa por um PCCS transformado em um instrumento de crescimento da parceria trabalhadores e empresa. Por isto, não faz qualquer sucesso iniciativa de indispor companheiros contra esta ação reclamada coletivamente. Como reclamar de uma ação para conseguir um crescimento profissional que vem sendo negado há 15 anos, 20 anos e numa vida inteira de trabalho na empresa? Por que os companheiros acreditariam que o patrão faria milhares de enquadramentos rapidamente só agora que tem uma contestação judicial nas mãos? O trabalhador não é bobo e sabe da importância desta luta pelo PCCS legítimo e transparente. A Copasa pode se aproveitar deste estado de espírito de vontade de crescimento e se somar aos trabalhadores para alavancar seus objetivos e a qualidade dos seus serviços essenciais.

Rede Globo confessa seu apoio à ditadura

No último dia 1º de setembro os brasileiros foram brindados por um editorial histórico do jornal O GLOBO. O jornal da família Roberto Marinho, que transformou a Rede Globo em um império com as benesses e reconhecimento generoso pela apoio à ditadura militar no Brasil, "reconheceu" que este "apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro".

O editorial justifica questões conjunturais para que tivessem cometido este "erro", como a guerra fria entre "Leste e Oeste", a radicalização de João Goulart, "a renúncia de Jânio" que "acendeu o rastilho da crise institucional", a crítica a Jango "por tentar instalar uma república sindical".

Justificou ainda que O GLOBO não estava sozinho no apoio à ditadura, acompanhado por outros jornais como: "O Estado de S.Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e o Correio da Manhã, para citar apenas alguns".

O editorial de O GLOBO falou institucionalmente do erro e não toca na carnificina dos assassinatos de lideranças que lutaram contra o regime autoritário, nem em toda a extrema influência que o império global utilizou contra lutas como pelas Diretas-já, no arranjo

para a eleição de Collor de Mello contra Lula, na difamação dos movimentos operários, na propaganda de uma anistia política desde que os algozes, assassinos e torturados não fossem punidos.

Não é nenhum jornal que pudesse ser batizado de radical ou subversivo que afirma o compromisso com a ditadura. É o próprio O GLOBO que faz a confissão sem nenhuma penitência por este pecado mortal contra a democracia e o povo brasileiro. Fica registrado que o jornalão serviu feroz e fielmente aos propósitos que sacrificaram a sociedade, numa disparidade gigantesca entre riquíssimos e miseráveis, que levou tantos às covas rasas e tantos à tortura. A história se escreve pelas mãos dos próprios carrascos. Lê-la e não esquecê-la... isto cabe a todas as gerações vindouras para se vacinarem contra a mesma manipulação e armadilhas do donos do poder.



Divinópolis condena PPP do esgoto



Divinópolis se rebela contra subcontratação de serviços da Copasa

A PPP do Sistema de Esgoto de Divinópolis rendeu uma grande manifestação de repúdio da comunidade local, em audiência realizada naquela cidade no último dia 3 de setembro. A Copasa, que já enfrenta forte rejeição por ter aplicado a tarifa de 50% de esgoto sobre o valor da conta de água, foi acusada por estar repassando um serviço que ela própria teria ganhado concessão sem um nível de aceitação da população.

Não apenas a Copasa, mas também o Executivo Municipal foi acusado de um contrato sem que houvesse uma consulta massiva e transparente à comunidade, entregando um serviço essencial para uma empresa que toma agora uma atitude de subcontratar terceiros. Fica em xeque a qualidade de um serviço essencial, que sai da esfera pública para a privada, com todos os riscos e

impactos que possam representar à saúde da população. A população cita como exemplo os péssimos resultados da PPP MG 50, que passou a cobrar pedágios caros, de R\$ 4,40 a R\$ 20,00, sendo que a rodovia continua sem manutenção e sem instrumentos adequados de socorro.

As explicações oferecidas pelos dirigentes da Copasa foram contestadas na audiência por lideranças locais que solicitaram a intervenção do Ministério Público, sentindo-se lesados em seus direitos de cidadania e representação em mecanismos de fiscalização de serviços de responsabilidade pública.

O presidente do SINDAGUA, José Maria Santos, voltou a alegar que este serviço programado para ser entregue à empreiteira, poderia ser perfeitamente executado pela Copasa, que tem experiência e pessoal qualificado para isto, eliminando qualquer parceria cuja



responsabilidade continua sendo dívida com a própria Copasa. Alertou que isto seguramente representará a precarização da qualidade dos serviços, haja vista que os parceiros privados entram em negócios visando exclusivamente o lucro, diferente do propósito histórico da Copasa, de responsabilidade social definida pela Constituição de Minas Gerais, que endossa os preceitos da Constituição Federal nas atribuições do Estado para resguardar serviços de saúde e de saneamento ambiental.

Copasa sobrevive sem segurança

Há pouco mais de uma semana mais um grave acidente aconteceu na Copasa, envolvendo trabalhador de empreiteira (Magne-to). Por pouco o companheiro perdia a vida, após uma forte descarga elétrica no Sistema Rio das Velhas. Segundo relato de companheiros, o trabalhador tomou a descarga após a utilização de um espanador sobre um equipamento energizado, num momento de manutenção.

Estes tipos de ocorrência com trabalhadores de empreiteiras são registrados regularmente como resultado da falta de treinamento, erros de procedimentos e falta de equipamentos de segurança, além da pressão para fazer as tarefas em tempo hábil.

Algo muito mais grave, no



entanto, foi registrado por vários diretores do Sindicato e reclamações constantes dos trabalhadores: a Copasa não está fazendo a reposição de equipamentos de segurança no trabalho. Uma busca através do sistema SAP não encontra equipamentos necessários em pesquisa nas várias localidades.

Os trabalhadores estão desempenhando muitas vezes suas atividades sem equipamentos de proteção individual obrigatórios. Falta botinas, luvas para contato com material insalubre e outros.

O Sindicato entende que não se pode admitir que uma empresa do porte da Copasa, com setor de segurança organizado, deixe os trabalhadores expostos a graves riscos pela falta dos equipamentos, correndo o risco de ser responsabilizada em casos de acidentes graves e contaminação. Cobramos da empresa medida urgente para corrigir esta falha grave, esperando que não seja necessário apelar para fiscalização competente para exigir as medidas.

Sindicato acionará a Justiça para recuperar perdas do FGTS

Prejuízos dos trabalhadores supera R\$ 300 bilhões

O Departamento Jurídico do SINDAGUA ingressará com ação na Justiça a partir de outubro pela correção dos saldos nas contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teve sua correção alterada desde 1999, prejudicando seriamente os trabalhadores. O prejuízo global estimado nas contas de FGTS é de R\$ 313 bilhões.

As contas do FGTS passaram a ser corrigidas pela variação da Taxa Referencial (TR) e não pelo índice de remuneração da caderneta de poupança. De acordo com o artigo 2º da Lei 8036/90, as contas do Fundo devem ser atualizadas com juros, que é de 3% ao ano, mais correção monetária mensal, no caso a TR.

Com a manipulação da TR, o prejuízo foi se avolumando.



Em 2000, por exemplo, a inflação foi de 5,27%, e o governo aplicou 2,09% nas contas do FGTS; em 2009 a inflação foi de 4,11%, e as contas receberam só 0,7%.

Todos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada neste período têm direito à revisão destas contas e para isto precisamos ingressar com ações. Esta luta judicial está sendo travada por inúmeros sindicatos do País inteiro e esperamos vitórias do direito, como aconteceu nos planos econômicos editados no passado (Collor e Verão), que recuperamos na Justiça.

Para se ter uma ideia do prejuízo, cálculos preliminares de dirigentes sindicais apontam que um saldo no FGTS de R\$ 1.000 no ano de

1999, com a correção errada da TR, possui apenas R\$ 1.340,47. Com os novos cálculos defendidos a mesma conta deveria somar R\$ 2.586,44, uma diferença de R\$ 1.245,97.

Para participar destas ações, os trabalhadores devem providenciar os seguintes documentos:

Cópias de Identidade; comprovante de endereço, PIS/PASEP (página da Carteira Profissional onde há anotação sobre PIS), extrato do FGTS (Caixa Econômica Federal) e carta de concessão do benefício (no caso de aposentados).

O jurídico do Sindicato montará estrutura para receber esta documentação a partir de outubro. Maiores informações sobre estes procedimentos serão colocados em breve no site do SINDÁGUA-MG, além de boletim específico programado com todas as informações.

Projeto da terceirização desenfreada volta à Câmara Federal no dia 18

Pressão da CUT impediu votação e exigiu audiência pública para discutir o PL 4330



A mobilização dos trabalhadores impediu que o lobby dos patrões conseguisse aprovar o Projeto de Lei 4330, que intenciona escancarar a porta das empresas para a terceirização, inclusive em atividades fins.

Com a pressão dos trabalhadores através da CUT e demais centrais sindicais, a Câmara Federal criou uma comissão geral para discutir o assunto, contrariando a posição inicial de que o tema iria direto para votação em plenário.

No próximo dia 18, esta comissão abre publicamente o tema, com a participação de representantes dos trabalhadores, dos empresários e instituições como o Ministério Público, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Estudos realizados pelo Dieese para a

CUT apontam que "o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais por semana e ganha 27% a menos. A cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados." A maioria dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) já se manifestou contrária ao PL 4330, justificando que causará grande prejuízo aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no país.

Nova mobilização

Todos os sindicatos estão sendo mobilizados a participarem desta audiência pública em Brasília, marcando posição dos trabalhadores contra o PL 4330. Nesta audiência trataremos principalmente dos pontos em que discordamos veementemente no projeto.

Estes pontos de discórdia são os seguintes:

- O primeiro é a abrangência da terceirização - se deve valer para todas as atividades da empresa ou só para trabalhos secundários, as chamadas atividade-meio;
- O segundo ponto é definir se a responsabilidade da empresa contratante em relação às obrigações trabalhistas deve ser solidária ou subsidiária.
- A terceira divergência é sobre a garantia aos terceirizados dos direitos trabalhistas vigentes para os trabalhadores contratados diretamente pela empresa, o que envolve a questão da representação sindical.
- O último ponto é sobre a terceirização no serviço público.